



MULHERES JOVENS E SUAS VIVÊNCIAS COM O USO DE ÁLCOOL NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

*Roseane Amorim da Silva**
*Jaileila de Araújo Menezes***

RESUMO

Este estudo faz parte de uma pesquisa realizada para fins de dissertação de mestrado no Programa de Psicologia da UFPE. Buscamos conhecer os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas (18 a 24 anos) de duas comunidades, Castainho e Estivas, localizadas em Garanhuns/PE. Aqui abordaremos as questões relacionadas ao uso de álcool pelas jovens. A pesquisa é de inspiração feminista e foi desenvolvida em três momentos: no primeiro, observação participante nas comunidades; no segundo: realizamos entrevistas semiestruturadas, e no terceiro, os dados construídos foram analisados a partir da análise do discurso e da interseccionalidade de gênero, classe social e raça/etnia. Nas comunidades quilombolas muitas jovens fazem uso de álcool, os motivos são diversos. As mulheres que frequentam os bares são “mal faladas”, consideradas “piriguetes”, algumas sofrem violência física em espaços públicos por fazerem uso de álcool em lugares que os companheiros e alguns e alguns/as moradores/as não consideram adequados. Outras explicam a violência doméstica sofrida, através do uso de álcool feito pelo companheiro. Percebemos que a condição de gênero, classe e raça/etnia produzem efeitos nas vivências das mulheres, que tanto contribuem para que elas façam uso de álcool no intuito de lidar com as dificuldades cotidianas quanto dificultando que essas tenham acesso a ajuda e modifiquem a situação que se encontram. Há também jovens que atribuem significados positivos ao uso do álcool, considerando esse um elemento que favorece a diversão, a sociabilidade, o prazer. De um modo ou de outro consideramos importante um olhar cuidadoso sobre a realidade vivenciada nesse contexto.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Jovens quilombolas. Uso de álcool.

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de uma pesquisa realizada para a construção de uma dissertação¹ na área de conhecimento da Psicologia. Realizamos o estudo junto aos/as jovens rurais moradores/as de duas comunidades quilombolas, Castainho e

* Mestre em Psicologia pela UFPE. Professora Substituta da UFPE. E-mail: roseane_amorim6@hotmail.com

** Doutora em Psicologia. Professora do Programa de pós-graduação em Psicologia – UFPE. E-mail: leilaufrij@hotmail.com

¹ Dissertação intitulada: Os significados do uso de álcool entre os/as jovens quilombolas de Garanhuns/PE: uma perspectiva interseccional.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Estivas, localizadas em Garanhuns/PE, e buscamos conhecer os significados do uso de álcool entre os/as mesmos/as. Abordaremos no presente estudo as questões relacionadas ao uso de álcool realizado pelas mulheres jovens.

Na busca de compreendermos os significados do uso de álcool, fizemos uso da interseccionalidade de gênero, geração, classe social, e raça/etnia. A noção de interseccionalidade teve sua origem junto as feministas negras norte-americanas, que questionaram o universalismo da categoria “mulher”, com isso as autoras Kimberlé Crenshaw (2002), Avta Brah (2006), Adriana Piscitelli (2008) e outras, fazem uso do conceito para abordar os marcadores: gênero, raça/etnia e classe, de modo articulados, pois segundo as mesmas, estes marcadores estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. O olhar interseccional nos convocou a considerarmos a diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação vão engendrando, e a repercussão no uso de álcool.

A literatura sobre gênero e álcool tem localizado um aumento gradativo de consumo de bebidas alcoólicas entre mulheres em diversas partes do mundo. Existe influência de fatores socioculturais na tomada de decisão para beber ou refrear o consumo, ou seja, homens e mulheres podem beber mais ou menos, dependendo das posições que lhes competem ou lhes são determinadas socialmente em diferentes contextos e culturas (MORAES, 2011).

No trabalho realizado por Micheline Moraes (2011), a autora constatou que as pesquisa desenvolvidas em áreas que investigam a interação entre gênero, álcool e cultura têm sugerido quatro categorias de análise para explicar os diferentes padrões de consumo entre homens e mulheres; na primeira categoria são discutidas as relações de poder, a hipótese é que o uso do álcool aumenta o poder dos homens sobre as mulheres, e que o aumento do uso entre as mulheres pode estar ligado às mudanças sociais que têm permitido as mulheres desempenhar comportamentos antes destinados aos homens.

A segunda categoria refere-se à sexualidade, existe a expectativa que o álcool contribua para um melhor desempenho sexual, mas essas expectativas sempre estiveram mais relacionadas aos homens. As mulheres, pelo contrário, nesse sentido têm sido influenciadas a beberem menos como maneira de restrição



da liberdade sexual das mesmas. A terceira categoria diz da exposição a situações de risco. Nesse sentido, os homens bebem mais que as mulheres porque estão mais motivados a se exporem aos riscos. A quarta categoria fala sobre as responsabilidades sociais, visto que os homens e as mulheres são afetados de modos diferenciados no que se refere às responsabilidades que lhes são atribuídas; as responsabilidades que geralmente são assumidas pelas mulheres, particularmente em casa, podem ser a causa dessas (mais do que os homens) colocarem limites nos padrões de consumo do álcool (MORAES, 2011).

Em um estudo realizado por Claudete Monteiro et al (2011) em uma comunidade rural do Piauí foi possível perceber nas narrativas das mulheres participantes, que a trajetória de vida dessas é permeada pela bebida alcoólica, desde a infância participam de situações familiares de abuso de álcool, ora o pai como consumidor, ora a mãe como vendedora e/ou consumidora. Mas, muitas dessas mulheres usuárias de álcool não associam o uso prejudicial ao seu histórico de vida, relacionando a influência das amizades, condições de trabalho desfavoráveis, baixo custo e o fácil acesso à bebida alcoólica como motivação para beberem. O uso de bebidas alcoólicas expõe essas mulheres a situações de violência, muitas vezes sem reconhecer como tal, provocando sofrimento aos filhos, além de ocasionar problemas como estresse e ansiedade. No relato de uma das participantes observamos experiências de consumo relacionadas com o uso de álcool por seus familiares:

Só quem bebia era meu pai. Chegava bêbado, dormia no mato. Um dia meu padrinho comprou 1 litro, aí ele bebeu e eu fui guardar o que sobrou. Eu olhei e pensei “meu padrinho bebeu, parece tão bom, vou é experimentar”, Eu enchi a boca, bebi quase um litro, eu tinha uns 10 anos (MONTEIRO et al, 2011, p. 569).

Muitos estudos relacionam o uso de álcool dos/as jovens ao comportamento dos pais que fazem uso das substâncias psicoativas, afirmam que quando os pais são bebedores assíduos, os filhos também poderão se tornar. No entanto, conforme ressalta Abramovay (2002, p.119)

Embora deva-se atenção aos estudos que destacam a influência da família e, dentro desta a importância de alguns membros no processo de iniciação, cristalização, diminuição ou corte de hábito de consumir bebidas alcoólicas,



há que se ter cautela com tal ênfase na família quando se discute o uso de drogas entre os jovens. É fundamental ficar atento para que estas constatações não culpabilizem o grupo familiar pelo comportamento de uma geração cercada por diversas instituições e por diversos estímulos.

O presente estudo tem o intuito de visibilizar a juventude quilombola, e a relação desta com o uso de álcool. Distanciamo-nos de uma postura moralizante com relação à interface juventude/álcool, e em nossa pesquisa buscamos valorizar os diversos significados atribuídos ao uso por parte das jovens, sem deixarmos de considerar também que por vezes o uso pode estar relacionado às dificuldades que vivenciam cotidianamente e que são marcadas pela condição de quilombola. A seguir abordaremos os caminhos percorridos para a realização deste estudo.

1. MÉTODO

Para desenvolvermos o presente estudo realizamos uma pesquisa qualitativa de inspiração feminista. A investigação feminista ilustra uma consciência dos/as investigadores/as acerca do seu papel e envolvimento pessoal na investigação. Esta consciência é chamada de reflexividade, representando uma espécie de disciplina de autorreflexão acerca de quem somos, de como as nossas identidades interferem no nosso trabalho e como, por outro lado, o nosso trabalho influencia todos os aspectos do nosso self (NEVES; NOGUEIRA, 2005).

Dois momentos constituíram este estudo: no primeiro, realizamos observação participante nas comunidades. Estivemos em diferentes situações com os/as quilombolas, nos bares, nas escolas, na Unidade de Saúde da Família, nas casas dos/as moradores/as, participamos das festas, o que nos possibilitou desenvolver a pesquisa a partir de uma orientação etnográfica.

A etnografia faz-se presente dentro da concepção naturalista como o método de pesquisa social por excelência, inclusive como um dos métodos que considera que qualquer descrição do comportamento humano requer a compreensão dos significados locais para descrevê-lo. Esta abordagem metodológica, por se alinhar a concepções interpretativas, pressupõe que a realidade seja construída socialmente, expressando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições. Por esse motivo,



essa abordagem demanda, no processo de pesquisa, a compreensão da cultura que estamos estudando (SATO; SOUZA, 2001).

Na segunda etapa realizamos entrevistas semiestruturadas com 10 jovens, na faixa etária entre 18 e 24 anos, moradoras das comunidades quilombolas já referidas, Castainho e Estivas.

Os dados construídos foram analisados a partir da perspectiva da análise crítica do discurso e da interseccionalidade de gênero, geração classe social e raça/etnia. A análise crítica do discurso permite “um aprofundamento da compreensão das estratégias discursivas que moldam as formas distintas de construção do meio social, ao colocá-las abertamente sob a crítica, acabando por facilitar os processos de transformação e não os reproduzindo” (NOGUEIRA, 2001, p.47). Desse modo, temos o intuito de não reproduzir concepções arraigadas e, por vezes, que estigmatizam as juventudes que fazem uso das substâncias psicoativas. Apresentaremos a seguir alguns dos significados do uso de álcool atribuídos pelas participantes do estudo.

2. USO DE ÁLCOOL ENTRE AS JOVENS QUILOMBOLAS

É comum nas comunidades quilombolas estudadas o uso de álcool ser realizado por mulheres e homens jovens, adultos/as e idosos/as em diferentes momentos e com diversas finalidades: diversão, como uma prática que faz parte da sociabilidade, para esquecer os problemas, lidar com situações difíceis. Mas, percebemos que esse uso é abordado de modo diferenciado quando realizado por mulheres, essas não são “bem vistas”, ficam “mal faladas” são consideradas piriquetes, sem “futuro” por alguns homens e pelas mulheres que não fazem uso.

No relato a seguir uma jovem que não faz uso de álcool apresenta seu posicionamento sobre os homens e as mulheres que fazem, a princípio, a mesma afirma que as mulheres estão mais avançadas do que os homens por frequentarem os bares, mas percebemos que essa não está usando a comparação em sentido



positivo, pelo contrário, a jovem tece uma crítica às mulheres solteiras e as casadas que têm filhos/as e que frequentam os bares, vejamos:

As mulheres estão ganhando, tão bebendo demais aqui, porque tem vez que os homem tão em casa, e as mulher no bar bebendo, aí é o quê? Elas tão ganhando né? (Risos). (...) A maioria daqui, as mulheres casadas vão tudo pro bar, acontece até das mulheres casadas tarem no bar e os maridos em casa, deixa os filho em casa com os marido e vão para o bar, tem deles que são dominado aí ficam em casa, agora tem deles que não. Eu acho assim, se já falam das mocinhas que vão pro bar, que não tem compromisso com filho, imagino uma mulher casada, isso é feio, cé de ficar em casa cuidando dos filhos e do marido, vão pra os bar fazer o que da vida? Nada. **Quando indagada sobre o que ela acha dos homens que bebem:** Os homens pode ir pro bar, é normal aqui, os homem trabalham e quando não tão trabalhando vão beber, se divertir (Gina², F, 22 anos).

A entrevistada acima evidencia o quanto é uma prática considerada natural os homens irem aos bares, chamando de “dominado” os que ficam com os filhos/as e as esposas saem e bebem. Mais uma vez esse discurso reifica a cultura sexista existente na sociedade, a mulher dona de casa e mãe, o homem no espaço público, e nos mostra o quanto isso é presente nas comunidades estudadas. Uma vez que essas jovens também fazem parte das comunidades é difícil para algumas perceberem as situações de modo diferenciado. Como pontua Alves e Cantarelli (2010) a socialização das mulheres é relacionada à contenção de comportamentos e a uma maior circunscrição ao espaço doméstico, já a socialização masculina ocorre geralmente no espaço público, e denota um movimento cada vez maior desse espaço, legitimado como masculino.

Há mulheres jovens que consideram o uso de álcool uma prática natural entre homens e mulheres: “Elas estão certa, tão mais do que certa, porque quando eles saem de casa, que vão pra festa deixam elas em casa, aí elas vão beber também” (Randa, F, 21 anos).

No relato a jovem acima refere-se às jovens casadas e apresenta a ideia que algumas jovens da comunidade possuem: se eles (companheiros) podem beber, elas também podem, ou seja, de algum modo o uso de álcool pode ser também uma forma de reivindicar um lugar de igualdade perante os homens, e um modo de contrariar o companheiro que saí de casa e deixa a mulher só. O comportamento de

² Os nomes utilizados neste estudo para se referir as participantes são fictícios.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



beber considerado transgressor quando realizado por uma mulher pode ser também uma forma de lidar com a insatisfação diante da situação vivenciada, inclusive porque se a jovem casada fica “mal falada” o seu companheiro também passa a ser percebido de outra forma, como algumas jovens relataram que nas comunidades há homens que são “dominados” pelas mulheres. Como aquele que “não cuida do que é seu!” E assim passa a ser questionado em um aspecto de sua masculinidade que é a capacidade de controlar e ser responsável pela conduta de todos/as de sua família, em especial da sua mulher que pode, pela via da liberação de comportamento acionada pelo álcool, desonrá-lo.

Em um estudo realizado com mulheres de classes populares, Helena David e Catherine Caufield (2005) observaram que as mulheres que trabalham e contribuem financeiramente para a manutenção do lar, sobretudo aquelas que o sustentam sozinhas, sentem-se em situação de “liberdade”, não devem nada a ninguém, nem precisam prestar contas dos seus comportamentos. Se elas estão, ou saíram de um relacionamento afetivo opressivo e controlador, a sua atitude em relação ao uso do álcool pode espelhar a afirmação do seu desejo de liberdade, como direito, muitas vezes duramente conquistado. A ruptura com o estereótipo histórico da “mulher comportada” pode incluir o uso do álcool como uma forma de transgressão. No presente estudo, também encontramos esse posicionamento de algumas mulheres solteiras e solteiras que têm filhos/as que fazem uso e não se importam com o que falam sobre elas.

Encontramos também jovens que atribuem um valor positivo ao início e a continuidade do uso de álcool, pois percebem que a bebida proporcionou mudanças em suas vidas como podemos observar a seguir:

“Desde que eu comecei a beber que minha vida tá mais feliz, me divirto com minhas amigas, a gente vai pra o bar, fica dançando, eu acho bom” (Halima, F, 18 anos, solteira).

Esses relatos da vida ter mudado para melhor depois do uso de álcool é algo mais presente nos discursos das jovens, por mais que os jovens digam que beber é bom, que traz alegria, que se divertem, mas quando algumas jovens se referem às

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



mudanças é como se o álcool funcionasse como um elemento favorecedor ao empoderamento das mulheres na saída do privado para o público.

Algumas jovens relataram situações de violência contra as mulheres que ocorrem nas comunidades, em espaços de intimidade e/ou em espaços públicos e que é explicada pelas quilombolas através do uso abusivo de álcool realizado por seus companheiros, alegando que quando estes não estão embriagados não cometem nenhum tipo de violência.

É importante ressaltarmos que no campo das políticas públicas que discutem a violação de direitos das mulheres, uma das nomenclaturas recorrentes é “violência doméstica contra a mulher”. Algumas estudiosas feministas têm alertado para os riscos de utilizar o termo violência doméstica, pois esse remete ao ambiente onde as violências ocorrem, deixando de explicitar que estão em jogo relações de poder que foram instituídas no sistema patriarcal de sexo/gênero, portanto, num jogo político de legitimação da opressão. Outra denominação é violência intrafamiliar, mas essa também traz implicações no uso, pois qualquer situação de violência entre os membros da família pode ser considerada violência intrafamiliar (SILVEIRA, 2013).

Percebemos que adjetivação da violência como doméstica e intrafamiliar remete demasiadamente ao campo privado, bem como a uma excessiva psicologização individualizante das relações humanas. Há também o uso por alguns autores/as do termo violência de gênero, que não é sinônimo de violência contra a mulher, pois aqueles/as que se afastarem dos padrões heterossexuais também poderão ser alvos de múltiplas agressões em virtude do sistema patriarcal-racista de sexo/gênero. Este termo remete também à violência que as mulheres, a partir da posição social ocupada, podem cometer contra outras mulheres (SILVEIRA, 2013). Assim, compreendemos que o termo mais preciso a ser utilizado é o violência de gênero contra as mulheres. O uso do termo mulheres no plural é importante para visibilizar que somos múltiplas, atravessadas por vários marcadores sociais, os quais vão compondo trajetórias singulares que não cabem em uma norma universal de mulher.

A violência de gênero contra as mulheres chama atenção para o significado e as repercussões do uso de álcool em um contexto relacional, onde as mulheres



jovens e adultas solteiras e casadas estão vulneráveis aos “efeitos” do álcool, e também as/os filhas/os dessas mulheres, como podemos observar o relato abaixo de uma jovem que sofre com as agressões do pai usuário de álcool:

As pessoas aqui tem de todo jeito, tem umas que são violenta, qualquer briguinta vão pra cadeia dar parte. Tem muitos que, quando bebem vira valentão, e pega briga no bar, no meio dos caminho aí, em casa com as mulher (...). **Meu pai quando bebe, ele é muito violento, chega em casa quebrando tudo, querendo dar em mãe**, e eu não vô deixar ele dá em mãe, eu sou filha dele, mas não vou deixar. Teve um dia que ele chegou, eu tava lá sentada no sofá, ele disse tem café não, eu disse não que mãe foi apanhar o café pra torrar, aí ele pegou e jogou a garrafa de café no chão, quebrou a garrafa de café, começou a quebrar as coisas lá, aí eu peguei e liguei pra polícia, mas só que a pessoa liga, **liga pra polícia e ela não vem**, porque o policial disse que só pode vir se for briga de facada ou se tiver alguém já desmaiado no chão, senão ele não vem não, como no dia que eu tava falando com o policial e pai correndo atrás deu. Porque ele queria quebrar tudo dentro de casa aí eu não ia deixar, ele não compra nada pra casa, e fica querendo quebrar tudo. Outro dia ele correu com uma faca atrás deu, me deu uma mãozada no ouvido, que quase que eu fiquei surda, aí meu irmão deu parte dele, ele ficou preso, aí mãe mandou eu ir lá dizer ao policial que era mentira, aí ela liberou pai. Aí era eu falando com a policial lá e ele chutando minha canela pra eu não dizer a verdade, mãe gosta muito de pai, aí disse não mulher não deixa o pobzinho ir preso não, porque ele lá ia ficar sofrendo, levando pisa dos outros presos, aí mãe ficou com pena, aí mandou eu tirar ele, aí eu tirei (Bahati, F, 22 anos).

A associação violência de gênero contra as mulheres e uso de álcool já foi descrita em muitos estudos (ADEODATO et al, 2005; RABELLO; CALDAS JÚNIOR, 2007). O elemento preocupante no contexto das comunidades quilombolas é que em função da naturalização/banalização do uso de álcool, principalmente quando este é realizado pelos homens, da recalitrância dos códigos de dominação que incidem sobre as mulheres e da ausência de iniciativas que desnaturalize esses casos de violência pautados nas desigualdades de gênero, comprometem as possibilidades das mulheres saírem dessa situação de opressão. No relato acima, podemos ver que a polícia conhece os casos de violência, mas não atua de acordo com a lei, sobretudo a Lei Maria da Penha, que em seus mecanismos estabelece que “nos crimes que exigem a representação da vítima, como ameaça, a vítima somente pode renunciar a denúncia perante o juiz em audiência marcada para esse fim e por solicitações da mulher” (SPM, 2012, p.13).



Outra questão que também pode ser observada no relato acima é o fato da jovem telefonar para a polícia e obter como resposta que “o policial só pode vir se for briga de facada ou tiver alguém estirado no chão” o que revela o quanto a violência de gênero contra as mulheres ainda é naturalizada, não considerada violência. O que faz com que se torne ainda mais difícil que haja uma mudança na cultura sexista vigente.

A situação descrita acima tem, ainda, relação com a condição identitária quilombola, marcada por uma história de desigualdades sociais que tem perdurado no decorrer dos tempos e com repercussão nas mais diversas dimensões de suas existências. Buscando compreender esse contexto de uso de álcool e como uma de suas formas de repercussão a violência, percebemos que as dimensões raciais, de gênero, e de classe, contribuem para a produção da subordinação e opressão das mulheres, umas sem saber como e onde buscar ajuda, outras quando buscam não conseguem o que lhes é de direito. Isso porque a percepção de uma parcela da população acerca das mulheres pobres e racializadas pode não apenas torná-las alvo de violência, mas também pode contribuir para a tendência de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção das autoridades (CRENSHAW, 2002).

Vale destacar ainda que a realidade descrita tem no seu contexto geográfico, mais um complicador para que as políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres sejam implementadas. No cenário nacional as delegacias da mulher – DDM, casas-abrigo e as demais assistências foram pouco pensadas levando em consideração o meio rural. Os desafios para implementar estes tipos de ação, cada vez mais realizadas no meio urbano, passam por recursos, distância, disponibilidade de funcionários, dificuldades de anonimato, oposição no poder local e por vários outros fatores que proporcionam que as mulheres rurais fiquem expostas as situações de violência (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

Em outro relato podemos observar a situação de violência vivenciada por uma jovem solteira, em um espaço de sociabilidade da comunidade:

As jovens ficam aqui se depravando nos bares, no outro dia tá cheio, como ontem o menino pegou aqui deu uma pisa em uma menina lá no bar e todo



mundo tá sabendo já. Eles são namorado sabe, aí quando foi ontem ela ficou dançando lá, até o chão, se depravando, aí ele viu, aí pegou ela e deu uma pisa nela, lá mesmo na frente de todo mundo. Se fosse casado entre quatro paredes né, mas não em público, porque se ela tivesse em casa, e ela é quase mulher dele, se ela tivesse em casa nada disso teria acontecido, ou se acontecesse ninguém ia saber porque estava os dois só, mas no bar todo mundo sabe, hoje já tava cheio que tinha acontecido. **Quando indagada se dentro de casa o homem pode bater na mulher:** Não, eu não acho não, mas tem marido aqui que dá dentro de casa na mulher, mas é diferente de chegar e meter o pau no bar na frente de todo mundo, porque dentro de casa mesmo que errado ele deu ali, só vão saber se ele sair dizendo ou se ela sair dizendo, mas é totalmente diferente de chegar no bar e dá uma pisa na mulher (Gina, F, 22 anos).

Há uma reprovação da jovem entrevistada muito mais pelo ato de violência ter sido cometido em público do que por ter acontecido uma violência contra a mulher. O modo como a jovem relata a situação ocorrida também revela que nas comunidades a violência de gênero contra as mulheres é algo que se faz muito presente, e que alguns e algumas quilombolas ainda têm lidado com a mesma seguindo o ditado popular: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

A violência contra as mulheres é uma questão de violação dos Direitos Humanos. Quando observamos o relato acima da jovem que foi agredida no bar, e as pessoas não tomaram nenhuma providência quanto à situação, não só sofreu violência a jovem que apanhou, mas todas as mulheres, porque a violência de gênero contra as mulheres é muito mais coletiva do que individual. Os impactos do racismo e a subordinação econômica articulados com as desigualdades nas relações de poder engendradas no marcador gênero estão presentes nas situações de violência vivenciadas pelas jovens quilombolas.

A literatura (ALMEIDA; PASA; SCHEFFER, 2009; MONTEIRO et al, 2011) pontua ainda que é comum algumas mulheres iniciarem o uso de álcool por estarem em situação de violência sem ver possibilidades de sair da mesma. Dessa forma, podemos inferir que quando algumas jovens relataram que bebem para esquecer os problemas, possa existir jovens que estejam nessa situação e o álcool tem funcionado como um elemento para amenizar o sofrimento, mas outra questão preocupante é que o uso abusivo poderá ocasionar outros problemas. Vale lembrar



ainda, a violência moral que nas comunidades as mulheres que fazem uso de álcool sofrem e o quanto são estigmatizadas.

Vimos ainda que existem jovens grávidas que consomem álcool e não consideram que o uso poderá ocasionar algum problema para si própria e/ou ao bebê:

Eu acho normal, muita gente aqui grávida bebe, é o divertimento que tem. Eu bebi os nove meses, quando completou os nove meses e um dia aí eu não bebi mais, eu parecia um sapo de rabo, só pele e osso, e a barriga (risos). Às vezes eu tava em casa e eles vinha me chamar para beber, aí eu ia beber também (Randa, F, 21 anos).

O relato acima dialoga com situações que observamos durante os meses de inserção nas comunidades, registrados em nosso diário de campo: Não há uma cisão explícita entre bebida e trabalho, em um relato um morador nos disse da importância do álcool para dar coragem de enfrentar o frio, os perigos da mata e ter forças para trabalhar; Há uma relativa integração entre casa, rua, bebida, lazer e trabalho. Os bares do lugar comumente estão dentro das casas que servem as bebidas pela janela; além disso, como no relato, não há equipamentos sociais de lazer nas comunidades sendo a prática de beber o recurso de lazer mais acessível e também fonte de renda de muitas famílias. Com relação aos ciclos da vida a bebida está presente nos festejos de nascimento, batismo, casamento, velório (a prática de beber o morto), construção da casa própria de modo que para a jovem grávida em questão e para as pessoas da comunidade que a convidam a beber algo que lhes é tão familiar (o álcool) não é visto como prejudicial à saúde.

Freire et al (2005) chamam atenção para o fato de que existe uma associação significativa entre o consumo de bebidas alcoólicas e gestantes solteiras. Há uma ocorrência duas vezes maior de consumo de bebidas alcoólicas durante a gravidez entre mulheres solteiras quando comparadas com as casadas, possivelmente porque a gestação em solteiras pode estar associada à falta de uma rede de apoio, e se pensarmos o contexto das comunidades quilombolas, o estigma sofrido pelas mulheres que engravidam antes do casamento, as desigualdades sociais existentes, o próprio contexto onde o uso de álcool é uma prática comum podem favorecer o uso dessa substância, inclusive como um meio de lidar com a condição vivenciada.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



opressão das mulheres, umas sem saber como e onde buscar ajuda, outras quando buscam não conseguem o que por direito deveriam. Isso faz com que algumas mulheres também façam uso de álcool para aliviar o sofrimento e as dificuldades cotidianas, e chama atenção para a importância de um olhar cuidadoso para o uso de álcool realizado pelas mulheres jovens nas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Drogas nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do ministério da saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al . Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n. 1, Jan. 2005. p. 108-113.

ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; PASA, Graciela Gema; SHEFFER, Morgana. Álcool e violência em homens e mulheres. **Psicologia: Reflexão e Crítica** 22(2). 2009, p. 252-260.

ALVES, Maria de Fátima Paz; CANTARELLI, Jonhny. Ser um homem de respeito: masculinidade, sexualidade e relações de gênero na perspectiva de homens rurais de um município da Zona da Mata pernambucana. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 301-320.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. (26), 2006. p. 329-376.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estudos feministas**. Ano 10 (172), 2002. p. 171-188.

DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal; CAUFIELD, Catherine. Mudando o foco: um estudo exploratório sobre uso de drogas e violência no trabalho entre mulheres das classes populares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Rev Latino-am Enfermagem**. 2005 novembro-dezembro; 13(número especial):1. p. 148-54.

FREIRE, Tácio de Melo et al. Efeitos do consumo de bebida alcoólica sobre o feto. **Rev.Bras. Ginecol. Obstet.** vol.27 no.7. Rio de Janeiro, July, 2005. p. 376-381.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al. **Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas**. Esc. Ana Nery. jul-set, 15 (3). 2011.p. 567-572.

MORAES, Micheline Alves de. Mulheres, bebidas alcoólicas e trânsito: novas tendências e desafios. In: UCHÔA, Roberta (Org.). **Ensaio sobre as drogas: necessidades humanas e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p.39-54.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Jovens avós e mães adolescentes. **Articulando gênero e geração aos Estudos de Saúde e Sexualidade**. PUC: Minas, 2001. p.1-7.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. **Rev. Reflexão e Crítica**. Nº 3, vol. 18, 2005. p.408-412.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In: L. Almeida ; E. Fernandes (Org.). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP, 2001.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Vol. 11, nº 2, jul-dez, p. 263-274, 2008.

RABELLO, Patrícia Moreira; CALDAS JÚNIOR, Arnaldo de França. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Rev. Saúde Pública**. Vol.41. Nº.6. São Paulo, dez. 2007. p.970-978.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rabello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicol. USP**. Vol 12. Nº 2. São Paulo, 2001. p. 29-47.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p.65-95.

SILVEIRA, Raquel da Silva. **Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: Discursos Jurídicos Brasileiros e Espanhóis e a produção de subjetividade**. 2013.244f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

SPM - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Lei Maria da Penha**. Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf>. Acesso

